

uma aliança bilateral que não chegou a ser uma crise da aliança atlântica, foi um exemplo eloquente dessa dificuldade: numa luta entre a «arrogância do poder» e a «arrogância da impotência», um pequeno Estado pode ganhar um duelo diplomático contra uma grande potência, sobretudo quando de um lado está em causa a sobrevivência e do outro uma querela interna sobre uma questão política secundária.

CARLOS GASPAR

Anália Cardoso Torres, Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina, Oeiras, Celta Editora, 2001, 145 páginas.

Anália Torres expõe e debate neste livro — que tem por base a sua tese de doutoramento — os contributos de diversos estudos e teorias sobre a vida conjugal e a condição feminina. Um dos seus objectivos consiste em recordar-nos que sociólogos como E. Durkheim, G. Simmel, E. Burgess, T. Parsons e W. Goode estavam certos nas suas previsões. Por isso lhes é dedicada a primeira parte da obra, que termina com o que designa por «ruptura dos anos 70», protagonizada pelo trabalho de autoras feministas. Na segunda parte, a autora

analisa a contribuição de propostas mais recentes de investigadores oriundos da sociologia da família e de outros campos da sociologia, ou mesmo de outras áreas disciplinares, mas desta vez tendo por referência as diferentes problemáticas que envolvem o casamento.

Para Durkheim, o século XIX assistiu ao início da passagem da família patriarcal, «que impõe aos descendentes o casamento adequado à continuidade de determinada lógica familiar e colectiva», para a família conjugal, onde, pelo contrário, «é o casamento que funda a família» (p. 12). Estudos realizados no âmbito da história e da demografia demonstraram, contudo, que a libertação da escolha do cônjuge dos interesses explícitos da família é, afinal, um processo bem menos linear do que fazem acreditar as suas análises. Durkheim considerava também que a intervenção do Estado — mais especificamente os direitos e os deveres implícitos no contrato de casamento — seria central para garantir a indissociabilidade dos laços de parentesco, ao mesmo tempo que acreditava na crescente valorização do indivíduo ilustrada na ênfase que a família conjugal moderna depositava na vontade individual dos seus membros. No entanto, as transformações ocorridas nos últimos cem anos, como o aprofundamento das expectativas emocionais depositadas no casamento que o crescimento do divórcio denuncia, evidenciaram os problemas de um quadro teórico de pendor funcionalista desajustado da

real «capacidade que os actores sociais têm de combinar, adequar e até de manipular as instituições», capacidade, aliás, resultante do incremento de direitos e liberdades que decorre da crescente intervenção do Estado sobre a família e o casamento.

Segundo Torres, o problema aplica-se igualmente quando Durkheim anuncia a tendência para a extinção do papel da herança. De facto, Durkheim não previu a transformação dos mecanismos através dos quais as famílias reproduzem o seu património. «Fortunas que no passado se concentravam em terra e património», adverte a autora, «podem vir a transformar-se na segunda ou terceira geração apenas em capitais escolares e culturais» (p. 19). De resto, as suas previsões relacionadas com a questão feminina caem por terra. Em virtude, mais uma vez, das especificidades funcionalistas de um complexo teórico onde a divisão sexual do trabalho é pensada como resultado directo das diferenças biológicas entre homem e mulher. Inspirando-se em Spencer, Durkheim entendia que uma lógica de complementaridade se associaria a estas diferenças para um funcionamento mais eficaz da divisão do trabalho social. Mas, apesar de todas estas limitações, a autora sublinha que o sentido das previsões de Durkheim estava correcto. Por um lado, fiel ao seu próprio postulado teórico de que só o social explica o social, Durkheim desconfiava de que «as mulheres só seriam iguais aos homens quando desempenhassem funções idênticas, isto é, quando

fossem para o exterior» (p. 25). Por outro lado, as transformações que o século XX conhece vão fundamentalmente no sentido das suas previsões: «A afirmação de um modelo de família restrita, com tendência para a não co-residência com os ascendentes ou a família de origem, a afirmação do respeito pela individualidade de cada membro da família, a valorização das pessoas em detrimento das coisas, o papel mais relevante do Estado, são tendências equacionadas há cem anos e perfeitamente reconhecíveis nos dias de hoje» (p. 27).

O pensamento de Simmel é também incontornável na sociologia do casamento. Simmel sustentava que a escolha do cônjuge tende a libertar-se dos interesses da família, deixando-se progressivamente dominar pela lógica dos sentimentos. Se a individualização e crescente importância dos afectos no casamento resultavam, para Durkheim, da crescente divisão social do trabalho e, forçosamente, da solidariedade orgânica, o amor, «ímpeto para o indivíduo se casar», era, para Simmel, a consequência directa da valorização da monogamia e da fidelidade feminina, por sua vez efeitos do advento da propriedade privada e da individualização da relação entre pai e filho. Mas as diferenças entre homens e mulheres não derivam de desigualdades no processo de socialização, inscritas em circunstâncias históricas e sociológicas específicas, porque Simmel acreditava na existência de uma «alma feminina».

Já em pleno século XX surgem propostas teóricas e pesquisas norte-americanas que vão influenciar profundamente a sociologia do casamento. A tese de Burgess aproxima-se da de Durkheim, na medida em que aquele entende que a família das sociedades industrializadas assenta num casamento em cuja decisão os interesses familiares já não intervêm. Industrialização, urbanização e conseqüente acréscimo da mobilidade geográfica são factores que vêm questionar a lógica da *família-instituição*, onde os interesses do colectivo determinam a escolha do cônjuge. Pelo contrário, a *família* moderna, *família-companheirismo*, rege-se por uma lógica de afectos. E, neste sentido, Burgess afasta-se do pensamento de Durkheim, para quem a família, independentemente da sua modernidade, deveria ser sempre considerada instituição, na medida em que implica normas e regras exteriores ao indivíduo. Por isso a dificuldade de Burgess em conceber o «facto de persistirem na família funções económicas, ainda que em modalidades actualizadas de gestão de recursos, que coexistem com as funções afectivas sem a elas se oporem nem a elas necessariamente se imporem» (p. 36).

Por outro lado, a perspectiva de Burgess assenta na ideia de uma progressiva separação entre esfera pública e esfera privada. A família moderna de Burgess tem uma função integradora, no sentido de Durkheim, decisiva na manutenção da ordem

social, sendo um «factor compensatório e equilibrador dos constrangimentos e dificuldades a que os indivíduos estão sujeitos nas outras esferas da vida social» (p. 37). Apesar de representar a primeira abordagem de raiz interaccionista na sociologia do casamento, poderia criticar-se a proposta de Burgess pela natureza funcionalista implícita na sua visão sobre a família. Não se estranhe, assim, que a autora identifique nesta dicotomia público/privado problemas semelhantes aos que encontrará no funcionalismo de Parsons: «Demasiada ênfase nestas ideias [...] produziu, por um lado, a subestimação, ou mesmo a total invisibilidade, de um conjunto de trocas e de relações internas à vida familiar que não passam necessariamente apenas pela lógica dos afectos» (p. 36). E é também este pressuposto funcionalista de que a família é um «factor compensatório» que impede Burgess, como impediu Durkheim, de conceber que a «valorização do afectivo e do sentimento nas relações conjugais» possa ter, como teve, o efeito de ampliar as exigências individuais no plano amoroso.

De raiz declaradamente funcionalista, a perspectiva de Parsons distingue-se desde logo dos pressupostos interaccionistas de Burgess ao situar a interacção familiar no contexto alargado «da estrutura social e dos sistemas sociais e subsistemas de acção» (p. 41). Podemos visitar Durkheim em Parsons quando este declara a necessária complementari-

dade dos papéis femininos e masculinos na constituição da família como «refúgio protector», o facto de «a mudança jogar a favor da especialização do subsistema familiar em subsistemas particulares, que se organizam em função da lógica da diferenciação» dos papéis, ou ainda a natureza institucional da família e a inevitável subordinação do casamento a «expectativas, normas e obrigações de carácter legal ou informal definidas de forma exterior ao indivíduo» (p. 43). Se Durkheim calculava que as mulheres só se tornariam independentes quando entrassem no mercado de trabalho, também Parsons acaba por prever que muitas mulheres da classe média americana não se limitariam a aceitar o papel de dona de casa. Contudo, tal como o sociólogo francês encontrou conforto intelectual na biologia e na psicologia para justificar a «natureza feminina», não resiste o sociólogo americano, por virtude da especificidade do seu próprio quadro teórico, a pensar que a mulher a trabalhar em casa em regime de exclusividade é um «sacrifício necessário» ao equilíbrio do próprio sistema social, o que, segundo Torres, só «mostra como a partir de um diagnóstico relativamente correcto da situação se pode traçar uma terapêutica completamente desadequada» (p. 48).

Este diagnóstico, conjuntamente com a exclusiva preocupação em caracterizar a transformação — «desorganização de transição» — no sentido da família nuclear que observa na classe média americana, não só pode explicar o facto de Parsons

não se aperceber de uma ideologia da igualdade de desempenhos entre os sexos que à época dava já os primeiros passos, como explica que não tenha considerado que «as modalidades de troca e interacção e a divisão dos papéis assumiam contornos diferenciados nas famílias das classes médias, nas chamadas classes trabalhadoras ou nas famílias de proprietários rurais ou industriais» (p. 50). Será Goode o primeiro a dar atenção à diversidade de lógicas familiares que observa, introduzindo a variável *status* nos diferentes sectores sociais. Porém, não é só a este respeito que a abordagem de Goode, mais próxima de Weber «por influência directa de R. Merton», se distingue das análises de Parsons e Durkheim.

Por um lado, Goode vem alertar para a necessidade de reconhecer a realidade social para além da norma ou do padrão ideal de família. Se nas sociedades modernas é norma a família não influenciar a escolha do cônjuge, Goode mostra-nos que, na prática, os pais intervêm nessa escolha, se bem que de forma indirecta, nomeadamente através do controlo dos locais de encontro e das redes de sociabilidade. Por outro lado, constata que o processo de isolamento do núcleo familiar é menos real do que fazem acreditar as abordagens de Parsons e Durkheim, pois fortes são ainda as relações e as redes de parentesco nas sociedades modernas. Por último, a importância atribuída à ideologia nos processos sociais permite a Goode observar o que a Parsons escapou, a saber, que

as ideologias da igualdade entre os sexos emergentes são cúmplices da progressão dos direitos das mulheres.

Para Torres, a sofisticação da abordagem de Goode reside não só na introdução da ideia de que a mulher é um «actor social fora dos contextos que a natureza biológica lhe impõe», mas também no facto de alertar, recorrendo à diferenciação entre ideologia e realidade, para a necessidade de articulação entre as variáveis «sexo» e *status*. De facto, Goode afirma que «os homens de classe inferior concedem, ideologicamente, menos direitos do que as suas mulheres realmente obtêm e os mais instruídos, provavelmente, admitem mais direitos ideologicamente, do que os que concedem» (pp. 58-59). No entanto, só nos anos 70 assistiremos ao que a autora considera ser uma verdadeira ruptura com o paradigma no qual a mulher é considerada o resultado directo da sua biologia. Decisivos para esta ruptura são os trabalhos de autoras como A. Michel, D. Smith, C. Delphy ou A. Oakley. Michel reúne um conjunto de pesquisas realizadas nas décadas de 60 e 70 onde se demonstra, entre outros aspectos, a forte associação entre trabalho profissional, por um lado, e poder de decisão e autoridade no casal, por outro. Do ponto de vista teórico, é assinalável, entre outras, a proposta de Smith, «uma simbiose entre estrutural-funcionalismo e marxismo», de acordo com a qual a família moderna é um subsistema social característico da sociedade industrial,

pois «continua a desempenhar no capitalismo uma função produtiva, embora tenha deixado de produzir directamente para o mercado» (p. 66). Já Delphy considera que o trabalho doméstico implica uma relação de subordinação, porque a exclusão das mulheres do mercado de trabalho tem por efeito a desvalorização da forma de trabalho que exercem dentro de casa. Aproximando-se desta visão, Oakley entende que a dona de casa é um produto do sistema capitalista, que associa trabalho doméstico aos restantes papéis — mãe e esposa — atribuídos à mulher. Se todos estes trabalhos tentam identificar nas modernas sociedades capitalistas um modo de produção assente no patriarcado, as formas que encontram para o fazerem não deixam de ser questionadas. A este respeito, a socióloga concorda com T. S. Fernandes, para quem o problema consiste no forte cunho marxista destas abordagens. Denunciando a esterilidade das teorias marxistas no que toca à explicação da dominação masculina e da divisão sexual do trabalho, Fernandes considera que à viabilidade e desenvolvimento do trabalho assalariado se associa a forma burguesa da família e o trabalho doméstico executado pela mulher, pois «a formação dos salários masculinos pressupõe a existência de uma reposição da força de trabalho operada pelo trabalho reprodutivo e não pago das mulheres» (p. 70).

Paralelamente, e após a ruptura de paradigma dos anos 70, outros so-

ciólogos, não só oriundos deste campo da sociologia, vêm revelar os modos de articulação entre família e casamento, por um lado, e as determinações sociais, o género, as identidades, os modos de dominação masculina e a mudança, por outro. Tal como as pesquisas reunidas por Michel, também os trabalhos de R. Blood e D. Wolfe, apologistas de uma teoria dos recursos, verificam que a posse de recursos se associa directamente ao poder de decisão e à autoridade no casal, demonstrando a total pertinência das conjecturas de Durkheim. Por outro lado, se a escolha do cônjuge se afasta gradualmente da influência directa da família, os trabalhos de A. Girard, A. Desrosières, P. Bourdieu e M. Bozon vêm revelar a tendência para a escolha de um parceiro socialmente próximo. No anos 80, Bozon actualiza o inquérito de Girard aplicado na década de 50 e confirma a importância decisiva dos locais de encontro para a homogamia, não deixando, porém, de evidenciar, numa abordagem mais sofisticada, que a semelhança das posições entre parceiros é sobretudo observável «quando de pais para filhos se regista a reprodução simples, uma trajetória de estabilidade, e não de mobilidade» (p. 87).

Alternativa aos «determinismos» implícitos nos trabalhos de Girard ou de Bourdieu, a proposta de J. Kellerhals representa simultaneamente um esforço para ultrapassar a perspectiva de Blood e Wolfe, já que o sociólogo suíço «considera que não

é possível explicar a divisão do trabalho entre cônjuges estritamente a partir da racionalidade e da optimização dos recursos» (p. 80). Para Kellerhals, o funcionamento da vida conjugal resulta, pelo contrário, da combinação de uma diversidade de lógicas que envolvem a rentabilização de recursos, a afectividade e as normas culturais. Se questões de ordem afectiva e/ou identitária (como sacrifício ou gratificação) levam uma mulher que exerce uma actividade qualificada a deixar o trabalho para ficar a tomar conta do filho, da mesma forma que a lógica dos recursos impera na sua decisão de entrar no mundo do trabalho, «são as normas culturais que definem o que em matéria de divisão do trabalho pode ou não ser considerado adequado como prática a seguir, pelos homens e pelas mulheres, neste ou naquele momento do ciclo de vida conjugal, neste ou naquele grupo de pertença social» (p. 81).

F. de Singly, por sua vez, vem criticar o conceito de homogamia avançado por Girard, Desrosières e Bourdieu, considerando-o incapaz de demonstrar o modo como as variáveis «sexo» e «classe» actuam como constrangimentos necessariamente articulados na escolha do cônjuge, contribuindo o casamento para uma «dupla reprodução». A recomendação de Singly constitui assim um alerta para o que a própria autora considera serem «visões excessivamente dicotomizadas», que analisam a influência destas variáveis de modo separado. É também neste sentido

que Torres considera incontornáveis os contributos oriundos da sociologia do trabalho, como são as pesquisas de M. Chaudron, de F. Battagliola ou de M. A. Barrère-Maurison. Tendo como ponto de partida o mundo profissional, Chaudron demonstrou que as trocas no interior da família são trocas de trabalho, condicionando, como tal, o posicionamento de homens e mulheres na estrutura sócio-profissional. Por sua vez, Battagliola revelou a convergência dos mecanismos de classe e de sexo quer no mundo profissional, quer na esfera familiar, denunciando a cumplicidade entre a divisão sexual dos papéis no interior da família e a divisão social do trabalho. Trabalhos como estes demonstraram, com efeito, que «as posições das mulheres e dos homens na família e a posição das mulheres e dos homens no mercado de trabalho estão ligadas entre si pela existência de relações sociais de sexo» (p. 102).

No que toca à relação entre casamento e identidade pessoal, deve-se a P. Berger e H. Kellner o facto de proporem, ao contrário de Parsons, uma teoria sociológica sobre o casamento «liberta de categorias psicológicas» (p. 89). Apesar de se aproximarem de Durkheim por via de Parsons, na medida em que defendem a função integradora da família enquanto subsistema social, Berger e Kellner entendem que a vida conjugal e familiar não deve ser reduzida a um domínio de relações interpessoais, só acessível à psicologia. Pelo contrário, apresentando a cada membro

«uma espécie de ordem através da qual ele pode viver a sua vida como fazendo sentido», a vida familiar é já um sistema de relações sociais de face-a-face, crucial, por virtude das suas capacidades «nómicas», na construção da identidade do indivíduo. De acordo com a autora, um dos principais problemas desta proposta reside no facto de não prever «a possibilidade de o casamento ter sentidos identitários diferentes», limitação que não deixa de estar relacionada com uma ausência de contextualização, pois «a relação parece desenvolver-se de forma indiferente ao contexto social, cultural e até valorativo em que ocorre» (p. 92). Neste sentido, não surpreende que Torres encontre maior adequação na proposta de J. M. Pinto sobre as identidades, nomeadamente na sua dupla vertente integradora (movimento para o colectivo) e diferenciadora (movimento para o individual), pois, como esclarece, «ser uma pessoa casada — mulher ou homem — pode ser cumprir uma etapa importante para a identidade pessoal e social, dar testemunho do desejo de integração no grupo, mas, simultaneamente, diferenciar-se como indivíduo» (p. 97). Mas reconheça-se também que essa incapacidade de prever a diversidade de identidades no casal decorre de uma perspectiva sociológica que abusa do papel identitário que ideologicamente atribui à vida conjugal face ao real desempenho desta na construção das identidades, inviabilizando assim essa distinção, tão fundamental para Goode, entre práticas e representações

do casamento. Não será por acaso que a autora encontra também potencialidades heurísticas na proposta de A. N. de Almeida, segundo a qual as identidades devem ser analisadas sobretudo nessa relação, porventura menos harmoniosa do que contraditória, entre «o dito e o feito».

A questão das assimetrias entre homens e mulheres, assimetrias de sexo como género, isto é, socialmente construídas com base na diferença biológica, não remete apenas para a desigualdade, em detrimento da mulher, na vida social e familiar. A psicóloga social L. Amâncio descontinua no estereótipo masculino traços de «modelo referencial», universal, que é «sinónimo de pessoa adulta e de sentido dominante». A dominação masculina sustenta-se por via do recurso ao comportamento do homem como modelo de referência, bem evidente também no estudo de H. Carreiras, onde se demonstra que as mulheres sentem que «a sua condição de género funciona sempre como filtro para a análise do seu comportamento», ou na pesquisa do antropólogo M. Vale de Almeida, que observa serem os próprios homens a sentirem, por via da incorporação, o efeito controlador desse modelo cultural que é a «masculinidade hegemónica» (p. 108).

Quanto à relação entre amor e casamento, as propostas que surgiram mais recentemente, em especial as de N. Luhmann, A. Giddens e Bourdieu, constituem análises inéditas sobre uma problemática que já tinha sido estudada de forma siste-

mática por Goode. Ao analisar a forma como o amor se relaciona com a estrutura social, Goode demonstrou que, por intervir fortemente na decisão de casar, é inevitável que tal sentimento seja socialmente controlado, identificando nas sociedades que estudou diversos padrões de controlo institucional sobre o amor. Distante desta postura analítica de primado sincrónico, Luhmann prefere observar como emergiu e se desenvolveu no decurso da história todo um «complexo semântico» que reflecte «a necessidade de intensificação das relações pessoais» e o conseqüente acréscimo das «expectativas em relação ao desejo de ser compreendido pelo outro», ao mesmo tempo que encerra contradições e desigualdades entre homens e mulheres: «o homem amava amar, a mulher amava o homem» (pp. 115-117). Já outra preocupação parece ser a de Giddens, para quem a tendência no sentido da igualdade entre homens e mulheres vem questionar essa assimetria instaurada pelo complexo do amor romântico segundo a qual cabia às últimas o sustento emocional e afectivo da relação. Por sua vez, Bourdieu admite que fenómenos como a entrada das mulheres para o mercado de trabalho significam, de facto, uma mudança na situação das mulheres. Porém, essa mudança esconde a realidade da permanência nas posições relativas e da dominação masculina, já que se conservam os mecanismos que constituem a dominação masculina, como, segundo as suas próprias palavras, «relação de

causalidade circular que se estabelece entre as estruturas objectivas do espaço social e as disposições que elas produzem tanto nos homens como nas mulheres» (p. 123). Para Bourdieu, resta ao amor a capacidade de suspender, através de um esforço sistemático, a violência simbólica que tal dominação sobre as mulheres exerce. Esta perspectiva, que, no entender da autora, se preocupa menos em observar as transformações do que em evidenciar as continuidades, contrasta, pois, com as previsões acertadas de Durkheim, Simmel, Parsons ou Goode. Daí que se interroge: «Será que Bourdieu, tão hábil a mostrar como se mantêm os condicionamentos que permitem a continuidade da dominação masculina, teria sido capaz de prever as mudanças no estatuto das mulheres que ele próprio reconhece hoje terem existido?» (p. 136).

No que toca à questão da mudança social, é mais uma vez nas propostas de Kellerhals — para quem a sociedade se tem transformado no sentido do individualismo — que Torres encontra maior actualidade e adequação. Nas sociedades contemporâneas, as regras e as formas de regulação na interacção familiar tendem a definir-se em função do bem-estar individual, o que, evidentemente, resulta numa tensão entre individualismo e fusão. Ao contrário do funcionalismo de Berger e Kellner, de Parsons ou de Durkheim, a centralidade da relação conjugal não decorre do seu carácter funcional, mas do facto de a relação conjugal, como

sublinhara Goode, constituir um modelo ideal, bem como da exclusividade desta como esfera em que os indivíduos surgem na sua totalidade independentes deste ou daquele papel e ainda do enfraquecimento da relação entre laços comunitários e o transcendente. Na medida em que, como observou Kellerhals, «os mesmos factos que conduzem ao recolhimento sobre o casal e a vida familiar contribuem também para a fragmentação destes», não surpreende que sejam então diversas as modalidades de resolução da tensão individualismo/fusão, modalidades essas que constituem um indicador privilegiado para captar a reacção da família à mudança (p. 127). De tal diversidade dão testemunho o estudo de N. Lourenço, ao observar a «manutenção de lógicas tradicionalistas enquanto se desenrola o processo da indústria na zona rural que estuda», ou o trabalho de K. Wall, que constata a natureza «insidiosa» da relação entre lógica familiar e mudança social, concluindo, na mais oposta direcção ao funcionalismo, que «a família não reage em bloco aos novos condicionalismos internos e externos» (pp. 129-130).

Estas problemáticas, bem como outras e outros autores aqui não referidos, são, obviamente, debatidos com maior minúcia e profundidade no livro de Anália Torres, que se apresenta não só como introdução à sociologia do casamento, mas também como esclarecimento de todo um quadro teórico que orientou a sua pesquisa sobre o casamento em Por-

tugal, cujos resultados estão publicados em formato semelhante.

RODRIGO ROSA

Laura Pereira da Fonseca, Culturas Juvenis, Percursos Femininos. Experiências e Subjectividades na Educação das Raparigas, Oeiras, Celta Editora, 2001, 211 páginas.

O livro *Culturas Juvenis, Percursos Femininos* é o resultado de um trabalho académico desenvolvido no âmbito da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Enunciado desde as primeiras páginas, o objecto de estudo da obra de Laura Pereira da Fonseca é a análise dos «percurso juvenis de raparigas da classe trabalhadora urbana» segundo «uma perspectiva sociológica dentro das ciências da educação» (p. 1).

Mais especificamente, a autora propõe-se estudar a «problemática das culturas juvenis femininas e a dos processos de transição e preparação de escolhas da escola para o trabalho pago e para as responsabilidades familiares em função das oportunidades construídas em termos de identidades femininas historicamente situadas» (p. 1).

Para tanto, depois de uma primeira parte dedicada à problematização teórica do objecto, esta investigação desenvolve uma pesquisa empírica de tipo intensivo que envolve uma população específica — sete jovens raparigas de um bairro degradado da cidade do Porto, a freguesia da Sé —, visando, por um lado, conhecer os processos de socialização familiar e de vida no bairro de que estas jovens têm sido protagonistas (2.^a parte da obra), analisar as dinâmicas de escolarização, de formação profissional e de relação com o mundo do trabalho por si experimentadas, por outro (3.^a parte da obra), e finalmente, questionar os espaços e os tempos em que se constroem, em interacção com o grupo de pares, as suas identidades sociais e de género (4.^a parte do livro).

Contudo, este trabalho apresenta características específicas. Longe de constituir o produto de uma pesquisa meramente científica, assume objectivos sociais explícitos que vão para além do conhecimento do próprio objecto. São eles «preocupações com a concretização da igualdade de oportunidades [...] com a extensão da cidadania para as raparigas, especificamente para as da classe trabalhadora urbana [...] com a justiça social e com a *sororidade* entre as mulheres [...]» (p. 2), para os quais este estudo deverá constituir um instrumento de emancipação social. Aliás, em bom rigor, as intenções emancipatórias precedem a própria pesquisa científica, ao inspirarem um projecto de investigação-acção — pro-